

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

***CURSO DE DIREITO
ADMINISTRATIVO***

*34ª edição,
revista e atualizada
até a Emenda Constitucional
99, de 14.12.2017*

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

© CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Como Elementos de Direito Administrativo

1ª ed., 1ª tir., 1980, 2ª tir., 1981, 3ª tir., 1983, 4ª tir., 1984, 5ª tir., 1986,
6ª tir., 1987, 7ª tir., 1988; 2ª ed., 1ª e 2ª tirs., 1991; 3ª ed., 1992.

Como Curso de Direito Administrativo

4ª ed., 1993; 5ª ed., 1994; 6ª e 7ª eds., 1995; 8ª ed., 1996; 9ª ed., 1997;
10ª ed., 1998; 11ª ed., 1999; 12ª ed., 1ª e 2ª tirs., 2000; 13ª ed., 2001;
14ª ed., 2002; 15ª e 16ª eds., 2003; 17ª ed., 2004; 18ª e 19ª eds., 2005;
20ª e 21ª eds., 2006; 22ª, 23ª e 24ª eds., 2007; 25ª ed., 1ª e 2ª tirs., 2008;
26ª ed., 2009; 27ª ed., 2010; 28ª ed., 2011; 29ª ed., 2012; 30ª ed., 2013;
31ª ed., 2014; 32ª ed., 2015; 33ª ed., 1ª tir., 2016, 2ª tir., 2017, 3ª tir., 2018.

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

*Composição
Acqua Estúdio Gráfico Ltda.*

*Capa
Nadia Basso*

**Impresso no Brasil
Printed in Brazil
02.2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M527c Mello, Celso Antônio Bandeira de.
Curso de Direito Administrativo / Celso Antônio Bandeira de Mello. – 34. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 99, de 14.12.2017. – São Paulo: Malheiros, 2019.
1.184 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e apêndice.
ISBN 978-85-392-0433-5

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

CDU 342.9(81)
CDD 342.8106

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo : Brasil 342.9(81)

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

<i>Nota à 34ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I — <i>As funções do Estado</i>	29
II — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
III — <i>A função política ou de governo</i>	36
IV — <i>O Direito Administrativo</i>	37
V — <i>Origem do Direito Administrativo</i>	38
VI — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	43
VII — <i>O regime jurídico-administrativo</i>	53
VIII — <i>O Direito Administrativo e o interesse público: conceito jurídico de interesse público – O que é direito público subjetivo</i>	59
<i>Direito subjetivo público, 63; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
IX — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	70
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 70; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 76</i>	
X — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	90
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I — <i>Princípios expressos e implícitos</i>	98
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 99; 2ª) Princípio da legalidade, 102; 3ª) Princípio da finalidade, 109; 4ª) Princípio da razoabilidade, 111; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 113; 6ª) Princípio da motivação, 115; 7ª) Princípio da impessoalidade, 117; 8ª) Princípio da publicidade, 117; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 119; 10^o) Princípio da moralidade administrativa, 123; 11^a) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 124; 12^a) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 125; 13^a) Princípio da boa administração, 126; 14^a) Princípio da segurança jurídica, 127

- II** – **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 133; b) Estado de defesa, 141; c) Estado de sítio, 142

PARTE II – OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 145

Capítulo III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** – **Os órgãos e as competências públicas 147**
Órgãos públicos, 148; Classificação dos órgãos, 148; Competências públicas, 150 (Conceito de competência, 152)
- II** – **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia 154**
- III** – **Centralização e descentralização administrativa 157**
Desconcentração, 158; A hierarquia e os poderes do hierarca, 158; Distinção entre descentralização e desconcentração, 159; O controle, 159
- IV** – **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta 160**
Administração direta da União, 161; Critério classificador do Decreto-lei 200, 162; Entes paraestatais, 164

Capítulo IV – FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 168

- I** – **Autarquias**
Conceito, 168; Regime jurídico, 169 (a) Relações com a pessoa que as criou, 170; b) Relações com terceiros, 173; c) Relações internas, 175); Autarquias especiais ou sob regime especial, 177; Agências reguladoras, 177; Agências executivas, 189
- II** – **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 191; Natureza das fundações públicas, 193

III	— Empresas públicas e sociedades de economia mista	
	<i>Conceito de empresa pública, 194 (Conceito legal: impropriedade, 194); Conceito de sociedade de economia mista, 198 (Conceito legal: impropriedade, 199); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 200; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências, 201; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 204; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 205; Empresas estatais e concessão de serviço público, 206; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 208; O regime jurídico das empresas estatais, 210; Alcance do Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei 13.303/2016), 211 (a) Relações com a pessoa que as criou, 216; b) Relações com terceiros, 220; c) Relações internas, 223)</i>	
IV	— Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa	227
	<i>Contrato de gestão, 230; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 232 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 238; Contrato entre órgãos?, 239); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 241; Organizações sociais, 241; Organizações da sociedade civil de interesse público, 247; Organização da Sociedade Civil, 248</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— Agentes públicos	252
II	— Classificação dos agentes públicos	255
	<i>a) Agentes políticos, 255; b) Agentes honoríficos, 256; c) Servidores estatais, 257 (Servidores públicos: conceito e espécies, 257; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 259); d) Particulares em colaboração com a Administração, 259</i>	
III	— Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos	262
	<i>a) Cargos públicos, 263; b) Funções públicas, 264; c) Empregos públicos, 264</i>	
IV	— Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público	265
V	— Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais	266

VI	— Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo	267
VII	— Objeto das normas constitucionais sobre pessoal	275
VIII	— Normas de contenção de despesas com os servidores estatais a) Limite global de despesas com pessoal, 275; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 280; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 280	
IX	— Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos a) Criação de remuneração por subsídios, 280; b) Limite de remuneração, 282; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 287; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 287; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 287; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 287; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 287	
X	— Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados) ... a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 289 (Admissão e dispensa nas estatais, 292); b) Contratação excepcional sem concurso, 294; c) Direito de greve e de sindicalização, 295; d) Proibição de acumulação remunerada, 296; e) Sanção por improbidade administrativa, 298	288
XI	— Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos	298
	a) Irredutibilidade de vencimentos, 298; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 298; c) Estabilidade, 299; d) Disponibilidade, 300; e) Aposentadoria e proventos, 301; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 302; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 303; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 305; i) Contribuição previdenciária, 308; j) Atualização de proventos e pensões, 312	
XII	— Os cargos públicos	313
	a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 313; b) Classificação dos cargos, 314 (Cargos em comissão, 314; Cargos de provimento efetivo, 315; Cargos vitalícios, 317); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 318	

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	318
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 319; Posse, 319); <i>b) Provimentos derivados</i> , 320 (Provimento derivado vertical (promoção), 320; Provimento derivado horizontal (readaptação), 321; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 321)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	322
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 322 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 323; Direitos de ausência ao serviço, 325; Aposentadoria, 330); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 330	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	331
	<i>Prescrição</i> , 333	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	334
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	339
PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		345
Capítulo VI — <i>O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</i>		
I	— <i>Introdução</i>	347
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	349
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição brasileira</i>	350
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	351
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	352
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	353
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	359
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	362
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	368
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	374
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	377

Capítulo VII – **ATOS ADMINISTRATIVOS**

I	– Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 379; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 383; c) Os conceitos jurídicos, 384; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 387; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 388; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 391</i>	
II	– Atos da Administração e atos administrativos	391
III	– Conceito de ato administrativo	393
IV	– Perfeição, validade e eficácia	394
V	– Requisitos do ato administrativo	398
VI	– Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 401; Forma, 402</i>	
VII	– Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 403; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 404; B) Motivo (pressuposto objetivo), 405 (Motivo do ato e motivo legal, 406; Motivo e móvel, 407; O papel da vontade no ato administrativo, 407; Motivo e motivação, 408; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 408; Teoria dos motivos determinantes, 412); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 412; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 413 (Teoria do desvio de poder, 414); E) Causa (pressuposto lógico), 416; F) Formalização (pressuposto formalístico), 419</i>	
VIII	– O silêncio no Direito Administrativo	421
IX	– Atributos dos atos administrativos	425
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 430; Defesas contra a executoriedade, 430</i>	
X	– Classificação dos atos administrativos	430
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 431; b) Quanto à estrutura do ato, 431; c) Quanto aos destinatários do ato, 432; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 432; e) Quanto à função da vontade administrativa, 433; f) Quanto aos efeitos, 433; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 433; h) Quanto à situação de terceiros, 435; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 435; j) Quanto à formação do ato, 436; k) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 436; l) Quanto à posição jurídica da Administração, 437</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	438
	<i>Discricionariedade técnica, 445</i>	
XII	— Atos administrativos “in specie”	
	<i>Em função do conteúdo, 446; Como formas de manifestação de outros atos, 452</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	456
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	458
XV	— Revogação	
	<i>Conceito, 461; Sujeito ativo da revogação, 462; Objeto da revogação, 462; Fundamento da revogação, 464; Motivos da revogação, 465; Efeitos da revogação, 466; Natureza do ato revogador, 467; Limites ao poder de revogar, 468; Revogação e indenização, 470</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	471
XVII	— Invalidez dos atos administrativos	473
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 474; Objeto da invalidação, 474; Fundamento da invalidação, 476; Motivo da invalidação, 476; Forma da invalidação, 476; Efeitos da invalidação, 478; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 479; Atos irregulares, 482; Comentários às diferentes teorias, 483; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 484; Convalidação, 486; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 487; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 490; Regime dos atos inválidos, 490; Invalidação e dever de indenizar, 493; Direito de resistência contra atos inválidos, 494</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	495
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	497

Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo	498
	<i>Procedimento e ato complexo, 504</i>	
II	— Requisitos do procedimento	505
III	— Importância do procedimento administrativo.	
	<i>Atualidade do tema</i>	506
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	509
V	— Espécies de procedimento	510
VI	— Fases do processo ou procedimento	512
VII	— Princípios do procedimento	513
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	518

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	522
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	524
	<i>Âmbito de abrangência, 524; Competência, 525; Princípios do processo e garantias do administrado, 525; Sequência processual, 530; Prazos processuais, 534; Revogação, anulação e convalidação, 535</i>	

Capítulo IX — LICITAÇÃO

I	— Conceito e finalidades	537
II	— A legislação sobre licitação	540
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 546</i>	
III	— Os princípios da licitação	548
IV	— Quem está obrigado a licitar	556
V	— Os pressupostos da licitação	557
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	558
	<i>Bens singulares, 559; Serviços singulares, 560; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 561; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 561; Inexigibilidade de licitação, 567; Serviços técnicos de natureza singular, 570; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 572; Licitação proibida, 573</i>	
VII	— Modalidades da licitação	573
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 580; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 581; Pregão e consulta, 582 (Procedimento do pregão, 583); Registros cadastrais, 588; O registro de preços, 589; Comissões de licitação, 591; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 592; Alienação de bens, 593; Licitações internas e licitações internacionais, 594</i>	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	595
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 595; Vedações nas licitações, 596</i>	
IX	— Fases da licitação	597
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 598; Exame das propostas, 598; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 599; Esquema analítico das fases, 600; Sequência procedimental da concorrência, 600</i>	
X	— O edital	603
	<i>Vícios do edital, 606</i>	

XI	— A habilitação	607
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 613; Consórcios, 613; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 614; Comparcimento de um único licitante, 615; Pré-qualificação, 615; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 615; Efeito jurídico da habilitação, 616; Vícios da habilitação, 617</i>	
XII	— O julgamento	618
	<i>Requisitos das propostas, 618; Objetividade do julgamento, 621; Classificação, 621; Desempate entre as propostas, 622; Os “tipos” de licitação, 622; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 625; Classificação de uma só proposta, 625; Vícios da classificação, 625; Efeito jurídico da classificação, 626</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	627
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	628
XV	— Recursos administrativos	628
XVI	— O procedimento licitatório e suas consequências	629
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 629; Revogação da licitação, 630; Anulação da licitação, 630</i>	
XVII	— Crimes	633
XVIII	— Licitação nas estatais – A Lei 13.303, de 30.6.2016	633
	<i>Fases, 641-646</i>	
XIX	— Licitação e mandado de segurança	647
 Capítulo X – O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	648
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 649</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	650
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	652
IV	— Conceito de contrato administrativo	654
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	656
	<i>A lógica do contrato administrativo, 658</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro ...	658
	<i>Alteração unilateral do contrato, 660; Alteração bilateral do contrato, 661; Extinção do contrato: generalidades e a extinção unilateral, 662; Outras hipóteses de extinção, 663; A “exceptio non adimpleti contractus”, 664; Prazo e prorrogação dos contratos, 664; Formalidades do contrato administrativo, 666; Eficácia dos contratos administrativos, 667; Os pagamentos devidos ao contratado;</i>	

correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 667; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 675

VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	676
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 679; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 684</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	685
IX	— A teoria da imprevisão	686
X	— As cláusulas de reajustes de preços	689
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	691
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	694
XIII	— Os quase contratos e o enriquecimento sem causa	695
XIV	— Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ...	699
XV	— Convênios e consórcios	703
XVI	— Contratação nas estatais – A Lei 13.303/2016	706
	<i>Duração, alteração, sanções, 708-711</i>	

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA

I	— Conceito de serviço público	716
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 720; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 722; Princípios do serviço público, 722</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	727
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	728
	<i>Serviço público e obra pública, 728; Serviço público e poder de polícia, 729; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 731</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	732
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	734
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 734; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 735; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 735; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 735</i>	

VI	– <i>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</i>	736
VII	– <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	737
VIII	– <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	739
IX	– <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 741; Modalidades de execução indireta, 742; Obra de grande vulto, 743; Obra de imenso vulto, 744; Garantia de execução, 744; Fiscalização da obra, 745; Recebimento da obra, 745; Responsabilidade pela obra, 746</i>	
Capítulo XII – CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	– <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	747
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 748; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 749; Improriedade das definições legais, 752; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 756; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas consequências, 757</i>	
II	– <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	759
	<i>Licitação das concessões, 761; O “contrato” de concessão, 768; Transferência da concessão – Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 769; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 772</i>	
III	– <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	773
IV	– <i>Os poderes do concedente</i>	775
V	– <i>Os direitos do concessionário</i>	780
	<i>Remuneração do concessionário, 781</i>	
VI	– <i>As tarifas</i>	782
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 785; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 785</i>	
VII	– <i>Os direitos dos usuários</i>	791
VIII	– <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	796

IX	— A reversão dos bens	801
X	— Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão	803
XI	— Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço	804
XII	— Permissão de serviço público	807
XIII	— Situações transitórias na Lei de Concessões	818
XIV	— A parceria público-privada (PPP)	821
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 822; Modalidades, 823; Concessão administrativa: a falsa concessão, 825; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 826; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 827; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 828; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 828; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 829; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 830; Licitação nas parcerias público-privadas, 831; Disposições aplicáveis apenas à União, 832; Inconstitucionalidades da Lei das Parcerias Público-Privadas, 833 (Vinculação de receitas, 834; Fundos especiais, 834; Empresa estatal garantidora, 837; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 838; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 837; Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), 838)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— Introdução	841
II	— Intervenção do Estado no domínio econômico <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 844; Valorização do trabalho humano, 845; Liberdade de iniciativa, 846; Atividades privadas sob regime especial, 851; Função social da propriedade, 851; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 852; CADE: organização e funções, 853 (Superintendência-Geral, 854); Infrações à ordem econômica, 855; Penas por infrações à ordem econômica, 857; Acordo de leniência, 859; Defesa do consumidor, 859; Monopólio, 862</i>	
III	— Intervenção do Estado no domínio social	863

Capítulo XIV – *PODER DE POLÍCIA*

I	– <i>Introdução</i>	869
II	– <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	873
III	– <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	874
IV	– <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	875
V	– <i>Essência do poder de polícia</i>	880
	<i>Traços característicos, 882</i>	
VI	– <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	884
VII	– <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	886
VIII	– <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	887
IX	– <i>Definição de polícia administrativa</i>	888
X	– <i>Polícia geral e polícia especial</i>	888
XI	– <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	890
XII	– <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ...	892
XIII	– <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	894
XIV	– <i>Setores da polícia administrativa</i>	895
XV	– <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	895

Capítulo XV – *INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS*

I	– <i>Conceito</i>	898
II	– <i>Finalidades</i>	899
III	– <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	900
IV	– <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	901
V	– <i>Princípios</i>	901
	<i>a) Princípio da legalidade, 901; b) Princípio da anterioridade, 903; c) Princípio da tipicidade, 904; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 906; e) Princípio da proporcionalidade, 907; f) Princípio do devido processo legal, 908; g) Princípio da motivação, 910</i>	
VI	– <i>Providências acautelatórias</i>	910
VII	– <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis e sanções intransmissíveis</i>	911
VIII	– <i>Multas</i>	914
IX	– <i>Dever de sancionar</i>	915

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— Conceito	916
II	— Fundamentos da desapropriação	922
III	— Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade	922
IV	— Requisitos da desapropriação	924
V	— Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação	926
VI	— Objeto da desapropriação	927
VII	— Beneficiários da desapropriação	928
VIII	— Fases do procedimento expropriatório	929
IX	— A declaração de utilidade pública	929
X	— A imissão provisória de posse	933
XI	— A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados	935
XII	— Momento em que se consuma a desapropriação	940
XIII	— Desapropriação por zona	940
XIV	— Desapropriação indireta	941
XV	— Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação	942
XVI	— Retrocessão e direito de preferência violado	943
XVII	— Requisição	956
XVIII	— Servidão administrativa	957
XIX	— Tombamento	961

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	— Conceito	964
II	— Os bens com relação à sua destinação	965
III	— Afetação e desafetação dos bens públicos	966
IV	— Regime jurídico dos bens públicos	966
V	— Os bens quanto à sua natureza física	968
	a) Bens do domínio hídrico, 969; b) Bens do domínio terrestre, 970 (Domínio do solo, 970; Domínio do subsolo, 974)	
VI	— Formas de aquisição e alienação de bens públicos	975
VII	— Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	976
	a) Utilização dos bens de uso comum, 976; b) Utilização dos bens de uso especial, 981; c) Utilização dos bens dominicais, 981	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 987**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I	— Controle interno e externo	989
	a) Controle interno, 994; b) Controle externo, 996	
II	— Controle parlamentar direto	996
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 997; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 997; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 998; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 998; e) Poderes controladores privativos do Senado, 999; f) Julgamento das contas do Executivo, 999; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 999	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	1000
	a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 1000; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 1001; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 1002	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	1003
	a) “Habeas corpus”, 1010; b) Mandado de segurança, 1011; c) “Habeas data”, 1012; d) Mandado de injunção, 1012; e) Ação popular, 1013; f) Ação civil pública, 1014; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 1014; h) Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 1015; i) Ação declaratória de constitucionalidade, 1016	

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
E CONTROLE JUDICIAL**

I	— Introdução	1017
II	— Princípio da legalidade	1019
III	— Vinculação e discricionariedade	1020
	Mérito do ato, 1024	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	1024
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	1027
VI	— Conceito de discricionariedade	1031
VII	— Limites da discricionariedade	1032

VIII	— Extensão do controle judicial	1036
	a) Exame dos motivos, 1036; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 1038; c) Exame da causa do ato, 1042	
IX	— Relatividade da competência discricionária	1042
X	— Conclusão	1049

Capítulo XX — **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	1052
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	1053
III	— Originalidade da responsabilidade pública	1056
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	1058
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	1060
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 1060; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 1061; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 1062; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 1065	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	1066
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	1066
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	1067
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	1069
	a) Danos por ação do Estado, 1070; b) Danos por omissão do Estado, 1072; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1077	
X	— O dano indenizável	1079
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	1083
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 1085; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1086; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1090; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1093; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1101; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1104; g) A responsabilidade dos agentes e de terceiros por ilícitos, 1108	

Capítulo XXI — **A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1113
----------	---	------

II	– <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i>	1115
III	– <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1116
IV	– <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1119
V	– <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1119
VI	– <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1121

**APÊNDICE – O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO
ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

I	– <i>Introdução</i>	1126
II	– <i>A globalização, o neoliberalismo e a “reforma” do Estado</i>	1131
III	– <i>Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro</i> ...	1135
IV	– <i>Conclusão</i>	1139

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES 1141

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 1149